



Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Município de Paulínia

**Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Administrativo
do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do
Município de Paulínia – PAULIPREV**

Aos quatro dias do mês de julho de dois mil e dezoito, às dezoito horas e quatro minutos, na sede da Pauliprev, reuniu-se o Conselho Administrativo, Diretor Presidente da Pauliprev, para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto conforme Regimento Interno dos Conselhos. **Pauta do dia: 1)** Compliance – Apresentação do Sr. Fernando Rodrigues da Silva, Superintendente da IPREM.SP. **2)** Apresentação da UM Investimentos. **Primeiro item da ordem do dia:** Sr. Fernando Rodrigues da Silva, Superintendente do IPEM-Instituto de Previdência Municipal de São Paulo e Sr. Luciano, discorreram sobre Compliance que esta em andamento no IPREM, ou seja, o programa de integridade, código de ética, gestão de riscos e canal de denúncias. Discorreu sobre vários relatórios que estão sendo utilizados no IPREM, todos implementados no programa Pró Gestão. Os slides apresentados estão anexos a esta Ata. Apresentou um link para acesso e conhecimento dos presentes do modelo desenvolvido junto à Prefeitura Municipal de São Paulo. Sr. Luciano agradeceu a oportunidade e a abertura de portas, ressaltando ainda que o Sr. Fernando será o coordenador e este o executor de projeto liderado pela FIPE. Sr. Fernando Roveri agradeceu a apresentação da proposta, ressaltando o conhecimento do trabalho a FIPE, considerando as atividades dos mesmos no Instituto. **Segundo item da ordem do dia:** Foi-nos apresentado a UM Investimentos, empresa corretora de valores, regulada pelo Banco Central, com 50 anos

de experiência em investimentos para pessoas físicas e 15 anos atuando em investimentos institucionais, tendo sua sede no Rio de Janeiro e tendo como seu principal dirigente o Sr. Fernando Ortiz. Compraram as administradoras de fundos Bridge e Terra Nova, onde a Pauliprev possui investimentos. Sr. Guimarães esclareceu aos apresentadores que esta apresentação será encaminhada aos conselhos e que o conselho administrativo é que possui poder de deliberação. Os slides apresentados estão anexos a esta Ata. Foi apresentado através de data show a carteira de investimentos da Pauliprev em relação a Bridge, oferecendo informações minuciosas de cada um deles. Expuseram que estão buscando contato com o Prefeito, visto que a Pauliprev constitui-se um dos seus principais cotistas e teriam interesse de se apresentarem e apresentar suas propostas. Expos ainda que ao mesmo tempo que em Assembleia o Instituto solicitava a alteração da administradora e gestora, estes teriam adquirido a Bridge, motivo pelo qual necessitavam agilizar o contato. Responderam ainda que tinham ciência da situação da Bridge quando a adquiriram, quando questionados pelo Diretor Presidente. Não havendo mais nada a ser tratado ou outras deliberações, foi por mim, Guilherme Hoff, secretário, lavrada a presente Ata, que segue para aprovação e assinaturas. A reunião encerrou-se às 20 horas.

FERNANDO JOSÉ ROVERI
Presidente Cons. Administrativo


Ausente
ELIETE MARIA DA SILVA
Conselho Administrativo

GUILHERME HOFF
Secretário Cons. Administrativo

VALMIR BRUSTOLIN
Conselho Administrativo



RODRIGO SALVIANO DE SOUZA
Conselho Administrativo



MARCELO ALMEIDA
Conselho Administrativo



REGINALDO APARECIDO NAVES
Conselho Administrativo

Ausente

SANDRA ARIADNE CASASSA
Conselho Administrativo

Ausente

NARA MARTINS MORETTI
Conselho Administrativo

Regimes Próprios de Previdência Social

Panorama, gestão previdenciária e certificação institucional
(Pró-Gestão)

Fernando Rodrigues da Silva

Panorama RPPS

Finalidade, estrutura,
histórico, estimação do custo
previdenciário e normas para
equacionamento



Previdência Social no Brasil

Estrutura



RPPS

A quem se destina?

O Art. 40 da Constituição Federal de 1988 define:

"Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo Ente Público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo."

Em matéria previdenciária, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina que, ao ente da federação que mantiver ou vier a instituir regime próprio, seja com caráter contributivo e deva organizá-lo com base em normas de contabilidade e atuária que preservem o seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Neste sentido, a LRF apenas reafirma a determinação já introduzida pela EC no 20/98.

Evolução histórica do RPPS

1º período:

antes da Constituição de
1988

1

- RPPS destinavam-se a uma determinada parcela dos servidores e passagem para a inatividade representava aposentadoria

2

- extensão da relação de trabalho estatutária

3

- sem regras destinadas a assegurar o equilíbrio entre receitas e despesas

Evolução histórica do RPPS

1º período:

antes da Constituição de
1988

Características

4

- Aposentadorias sem vínculo contributivo;
- Parcela minoritária dos servidores estatutários;

5

- Sistemas fragmentados, pouco transparentes, com controles frágeis e privilégios para categorias;

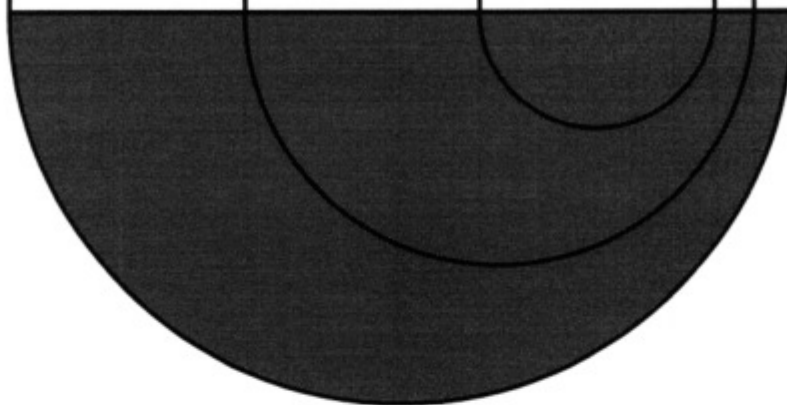
6

- Relação trabalho e previdenciária eram similares;

Evolução histórica do RPPS

2º período:

entre a Constituição de 1988
e a EC nº 20/98



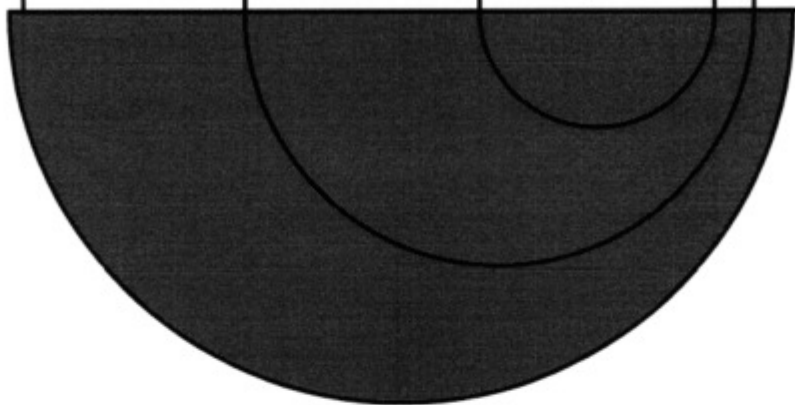
Expansão rápida do RPPS	<ul style="list-style-type: none">• Maior rigor nas cobranças devidas ao INSS• Ausência de lei federal
Incentivos de curto prazo	<ul style="list-style-type: none">• Sem obrigação de recolher INSS e FGTS• Expectativa de Comprev
Armadilha para finanças públicas	<ul style="list-style-type: none">• Não houve observância de critérios adequados• Vantagens imediatas geraram prejuízos presentes e futuros

Evolução histórica do RPPS

3º período:

Emenda Constitucionais Nº
20 de 1998 e Nº 41 e 47 de
2003;

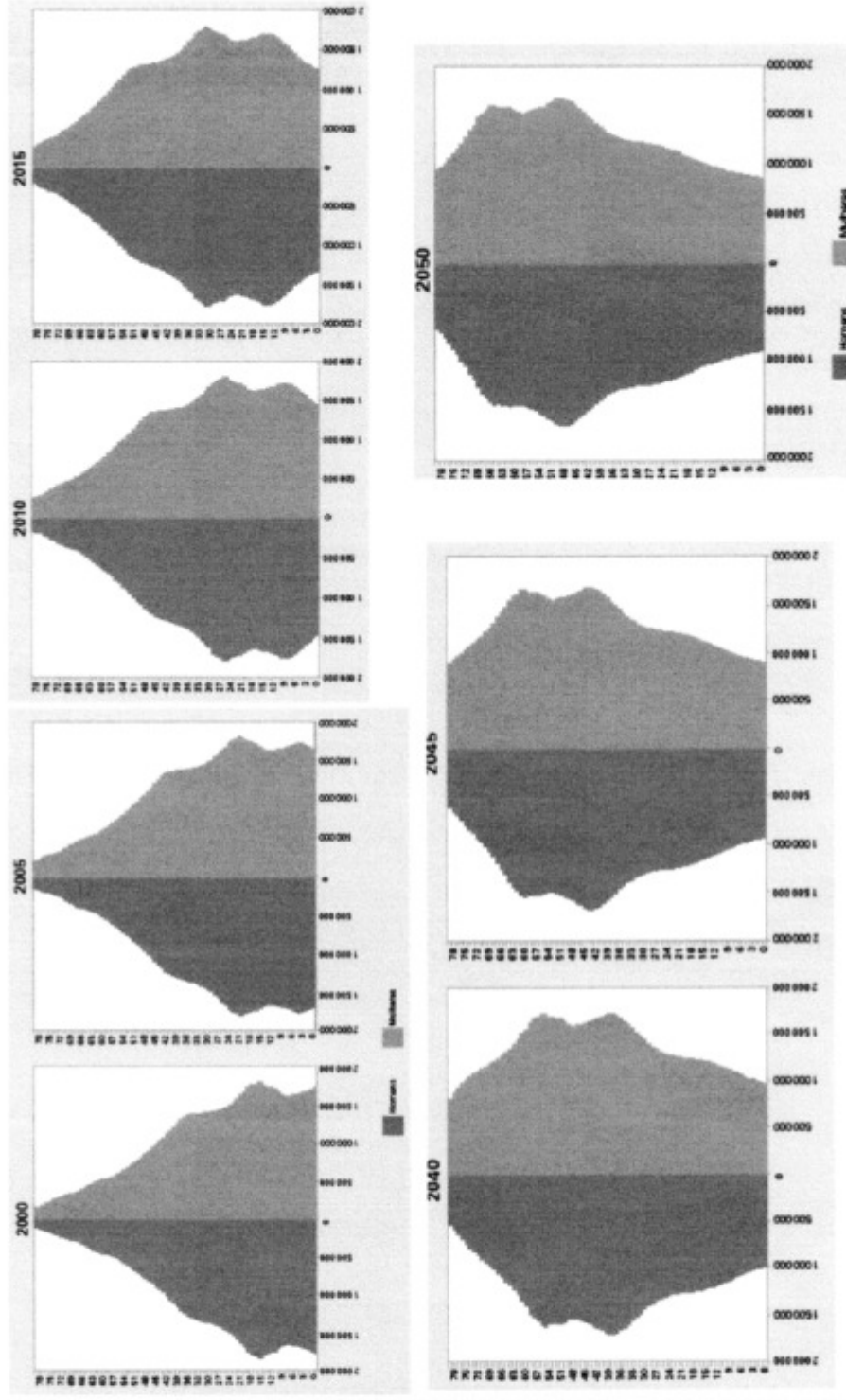
Lei nº 9.717/98



Criação de marco institucional com critérios básicos	<ul style="list-style-type: none">• Equidade entre os RGPS e RPPS• Exigência de caráter contributivo
Equilíbrio financeiro e atuarial	<ul style="list-style-type: none">• Segregação financeira e contábil do ente e das receitas e obrigações previdenciárias
Alteração do plano de benefícios	<ul style="list-style-type: none">• Introdução do conceito e efetivação da previdência complementar para novos servidores

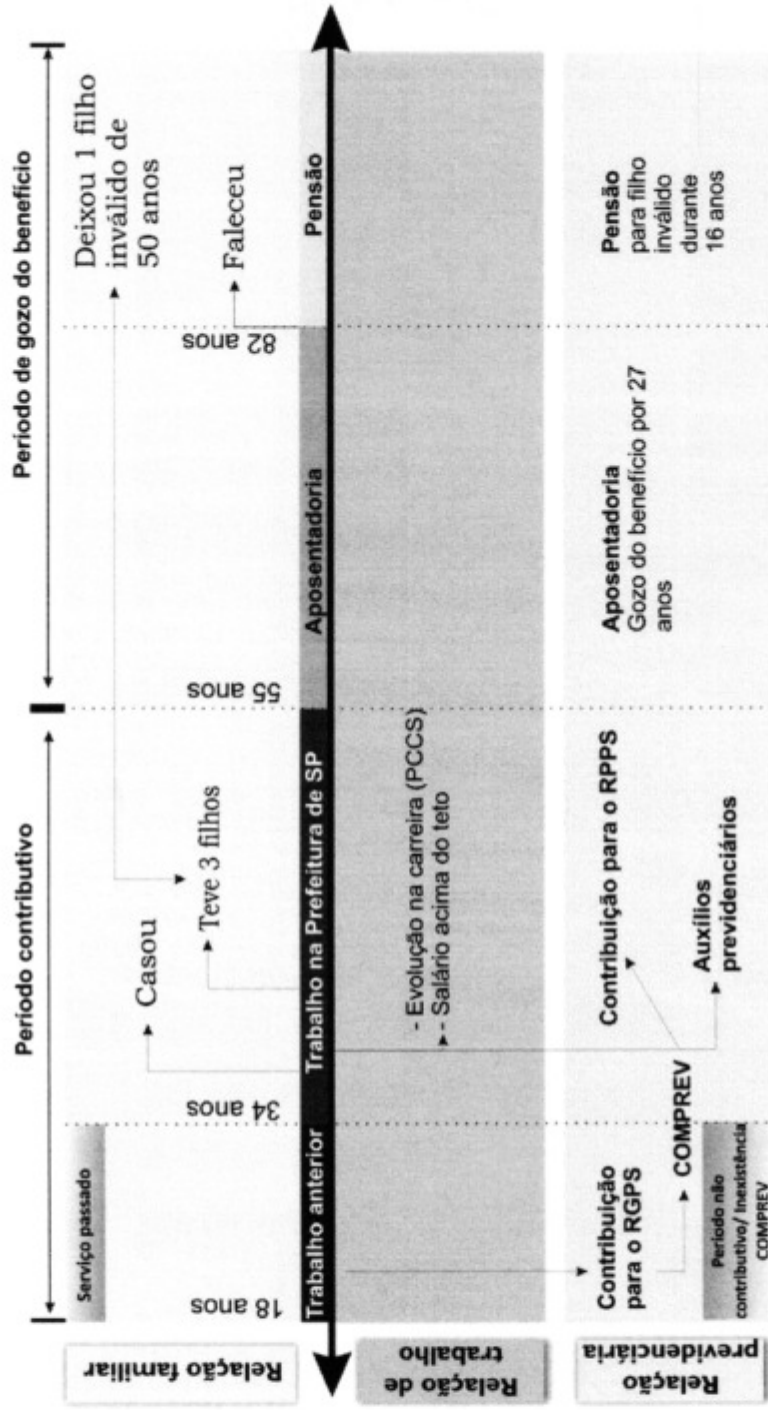
Alterações demográficas

Aumento da idade populacional e mudanças na pirâmide etária brasileira



Relação de Trabalho e Previdência

Linha da Vida do Servidor Público



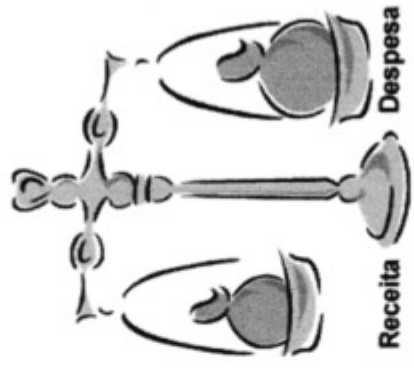
Equilíbrio Financeiro e Atuarial

Equilíbrio Financeiro \uparrow Receitas Auferidas = Obrigações do RPPS

Déficit Financeiro \uparrow Receitas Auferidas $<$ Obrigações do RPPS

Equilíbrio Atuarial \uparrow Valor presente do fluxo das receitas estimadas + ativos a valor de mercado = Obrigações projetadas atuarialmente

Déficit Atuarial \uparrow Valor presente do fluxo das receitas estimadas + ativos a valor de mercado $<$ Obrigações projetadas atuarialmente



Servidores da União, Estados e Municípios

Quantitativos

Entes	Servidores	2008	2009	2010	2011
União	Ativos	1.031.632	1.067.861,0	1.114.173	1.131.178
	Aposentados	530.695	537.136,0	541.419	548.942
	Pensionistas	452.647	402.287,0	405.166	408.606
	Total	2.016.982	2.009.293,0	2.062.768	2.088.726
Estados e DF	Ativos	2.838.521	2.800.966	3.028.876	2.998.720
	Aposentados	1.203.589	1.200.534	1.344.353	1.328.727
	Pensionistas	482.529	478.909	499.755	504.015
	Total	4.524.639	4.480.409	4.872.984	4.831.462
Municípios	Ativos	2.140.209	2.197.187	2.262.376	2.376.565
	Aposentados	384.656	405.678	421.573	465.529
	Pensionistas	142.101	144.613	150.234	150.693
	Total	2.666.966	2.747.478	2.834.183	2.992.787
	Total Geral	9.208.587	9.237.180	9.769.936	9.912.976

União

Estados

Municípios

1,18 contribuintes/beneficiários

1,64 contribuintes/beneficiários

3,86 contribuintes/beneficiários

Dados Extraídos de Apresentação Otoni Guimarães – Diretor do DRPSP/SPPS

Resultado Previdenciário

RPPS Municipais

Governos municipais nas capitais				R\$ mil	
Anos	Receita Previdenciária	Despesa Previdenciária	Resultado Previdenciário	Var %	
2007	3.797.255	5.409.694	-1.612.439		
2008	4.521.384	6.284.595	-1.763.211	9,4%	
2009	4.998.844	6.978.308	-1.979.464	12,3%	
2010	5.369.844	7.604.845	-2.235.001	12,9%	
2011	6.047.226	8.583.287	-2.536.061	13,5%	

Governos municipais demais municípios				R\$ mil	
Anos	Receita Previdenciária	Despesa Previdenciária	Resultado Previdenciário	Var %	
2007	6.461.300	3.789.028	2.672.272		
2008	7.601.121	4.421.128	3.179.993	19,0%	
2009	8.927.269	5.169.136	3.758.133	18,2%	
2010	10.225.101	6.002.687	4.222.414	12,4%	
2011	12.475.013	7.954.804	4.520.209	7,1%	

Fonte: CGEEI/DRPSP/SPS/MPS - CADPREV-Demonstrativo Previdenciário, sardinha em 04-Junho-2012 às 07:00h.

Notas: 1. Receitas = contribuições previdenciárias patronal e dos servidores ativos e inativos, e dos pensionistas.

Notas: 2. Despesas = pagamento dos proventos e pensões.

Notas: 3. Resultado = Receitas - Despesas.

Notas: 4. Nos RPPS dos governos estaduais as informações referem-se a servidores civis e militares.

Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)

O que é?

- O Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) é um documento fornecido pela Secretaria de Previdência, do Ministério da Fazenda, que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717/1998, pelos RPPS, ou seja, atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.
- Foi instituído pela Portaria MPS nº 204/2008.

Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)

Finalidade do Certificado

FINALIDADE DO CERTIFICADO:

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos regimes próprios de previdência social dos estados, do distrito federal e dos municípios, nos seguintes casos:

1. realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
2. celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
3. liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;
4. pagamento dos valores devidos pelo regime geral de previdência social em razão do disposto na lei n.º 9.796, de 5 de maio de 1999.

Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)

Critérios

1. Acesso dos segurados às informações do regime;
2. Adoção do plano de contas e dos procedimentos contábeis aplicados ao setor público;
3. Aplicações financeiras de acordo com Resolução do CMN - previsão legal;
4. Aplicações Financeiras Resol. CMN - Adequação DAIR e Política Investimentos - Decisão Administrativa;
5. Atendimento ao Auditor Fiscal em auditoria direta no prazo;
6. Atendimento ao MPS em auditoria indireta no prazo;
7. Caráter contributivo (Ente e Ativos - Alíquotas);
8. Caráter contributivo (Ente e Ativos - Repasse);
9. Caráter contributivo (Inativos e Pensionistas - Alíquotas);
10. Caráter contributivo (Inativos e Pensionistas - Repasse);
11. Caráter contributivo (pagamento de contribuições parceladas);
12. Caráter contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa;

Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)

Critérios

13. Cobertura exclusiva a servidores efetivos;
14. Concessão de benefícios não distintos do RGPS - previsão legal;
15. Contas bancárias distintas para os recursos previdenciários;
16. Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN - Consistência;
17. Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN - Encaminhamento à SPPS;
18. Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Consistência;
19. Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Encaminhamento a partir de 2017;
20. Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - Consistência e Caráter Contributivo;
21. Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - Encaminhamento à SPPS;
22. Demonstrativo Previdenciário - Consistência das Informações;
23. Demonstrativo Previdenciário - Encaminhamento à SPS;

Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)

Critérios

24. Encaminhamento da legislação à SPS;
25. Envio das informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais;
26. Equilíbrio Financeiro e Atuarial - Encaminhamento NTA, DRAA e resultados das análises;
27. Escrituração Contábil - Consistência das Informações - Decisão Administrativa;
28. Existência de colegiado ou instância de decisão em que seja garantida a participação dos segurados;
29. Inclusão de parcelas remuneratórias temporárias nos benefícios;
30. Observância dos limites de contribuição do ente;
31. Observância dos limites de contribuição dos segurados e pensionistas;
32. Regras de concessão, cálculo e reajustamento de benefícios;
33. Unidade gestora e regime próprio únicos;
34. Utilização dos recursos previdenciários - Decisão Administrativa;
35. Utilização dos recursos previdenciários - Previsão legal.

Gestão Atuarial

Avaliações ordinárias e
Gestão do Passivo

- **Avaliação atuarial ordinária:** dimensiona os compromissos do Plano de Benefícios e estabelecer o Plano de Custeio para a observância do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, conforme definição da Portaria MPS nº 403/2008.
- Para melhor adequação dos cálculos atuariais à realidade da massa de segurados de cada ente federativo e a correta definição do plano de custeio, contabilização das provisões e reservas matemáticas e eventuais planos de equacionamento, é recomendável a realização de:
 - Testes de Aderência das Hipóteses Atuariais observados os parâmetros gerais de atuárias;
 - Adequação das bases de dados, com censo funcional e previdenciário, recadastramento regular e crítica aos dados;
 - Adequação das Notas Técnicas Atuariais (NTA) para correta adequação aos cálculos das particularidades do plano de benefícios do ente federativo.

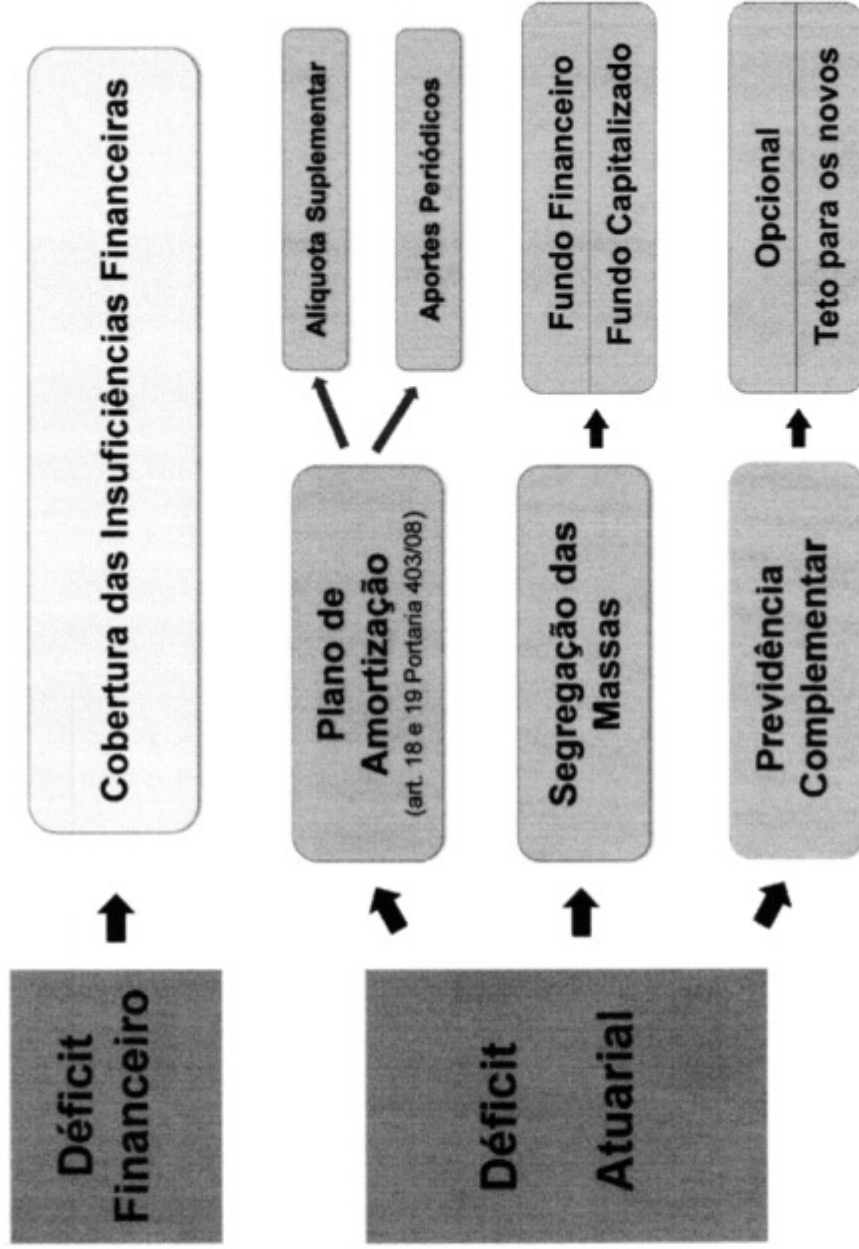
Premissas

Custo do Plano de Benefícios

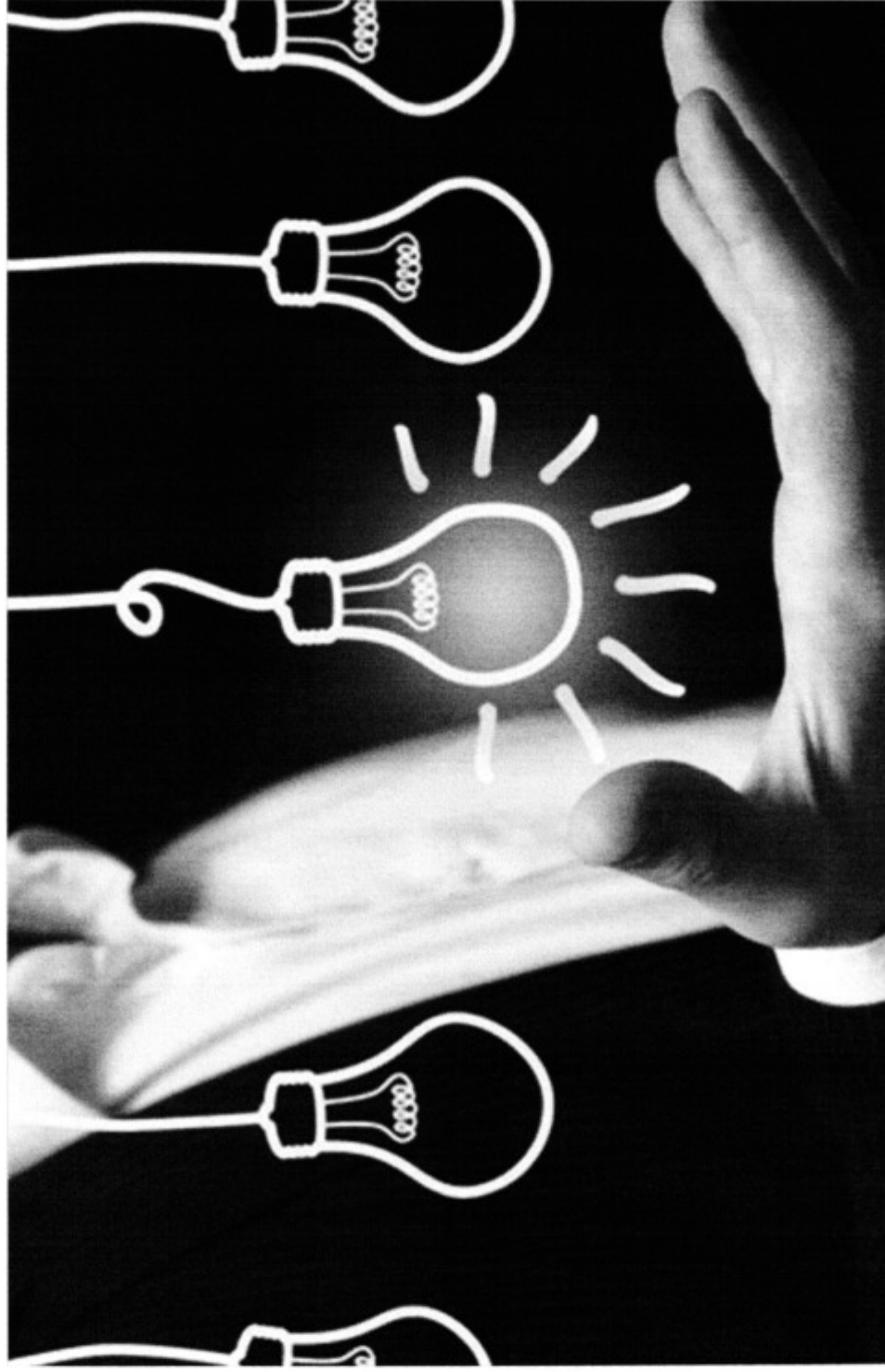


O atuário, a partir dessas bases, calcula o:
CUSTO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO

Alternativas
legais para
equacionamento
Portaria MPS nº 403/2008



Planejamento e
Gestão Administrativa
Parâmetros gerais



Modelagem complexa

RPPS como parte integrante do ente federativo e de suas políticas públicas



Gestão Previdenciária

Parâmetros

Gestão Previdenciária

Relação de Trabalho e Previdência

Governança Corporativa

Sustentabilidade Previdenciária

Gestão e Desenvolvimento Institucional

Tecnologias de Gestão Previdenciária

Plano de Benefícios

Cargos, Carreiras e Remunerações

Relacionamento e Comunicação

Gestão de Riscos e Controles Internos

Controle Social e Educação Previdenciária

Políticas, Transparência e Prestação de Contas

Gestão da Receita

Gestão da Despesa

Gestão dos Riscos Atuariais

Modelo de Gestão

Gestão Estratégica de Pessoas

Gestão do Conhecimento, Processos e Regras de Negócios

Sistemas de Gestão

Informações e Bases de Dados

Infraestrutura Tecnológica

Planejamento Estratégico

Aplicado a área pública previdenciária

Parâmetros norteadores

- **Relação de Trabalho e Previdência:**
 - Plano de Benefícios;
 - Plano de Cargos e Carreiras;
 - Modelos de remuneração do servidor x repercussão na previdência;
 - Educação Previdenciária;
 - Indicadores de Saúde e Segurança do Servidor.
- **Sustentabilidade Previdenciária**
 - Gestão da Receita: Contribuições, COMPREV, Receitas Próprias;
 - Gestão da Despesa: Pagamento de Benefícios, Execução Orçamentária.
 - Gestão de Riscos: Atuariais, Financeiros, Econômicos, Orçamentários e Operacionais.

Planejamento Estratégico

Aplicado a área pública previdenciária

Parâmetros norteadores

- **Governança Corporativa:**
 - Controladoria Previdenciária e Combate à Fraudes;
 - Controle Social;
 - Políticas, Transparência e Prestação de Contas;
 - Comunicação e Relacionamento.
- **Gestão e Desenvolvimento Institucional:**
 - Modelo de Gestão Previdenciária e Planejamento Estratégico de longo prazo;
 - Gestão Estratégica de Pessoas;
 - Desenvolvimento Profissional: Técnico e Gerencial;
 - Gestão do Conhecimento, Processos e Regras de Negócios.

Planejamento Estratégico

Aplicado a área pública previdenciária

Parâmetros norteadores

- **Tecnologias de Gestão Previdenciária:**
 - Sistemas de Gestão Previdenciária
 - Gestão da base de dados e informações;
 - Censo previdenciário;
 - Recadastramento;
 - Infraestrutura tecnológica.
- **Parâmetros externos e melhores práticas:**
 - Análise das melhores práticas na área de gestão previdenciária, exemplos: INSS, Rio Previdência, SPPREV, Previdência Complementar;
 - Programa de Modernização na Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (**Pró-Gestão**).
 - Planejamento Estratégico de longo prazo com uso do BSC.
 - Modelo de Sustentabilidade Previdenciária do Município:
 - Base Institucional - objetivos do Ente: políticas públicas x previdência do servidor;
 - Base Política e Macroeconômica;
 - Base Orçamentária, Financeira e Atuarial

Planejamento Estratégico

Balanced Scorecard (BSC)

Definição

Planejamento Estratégico

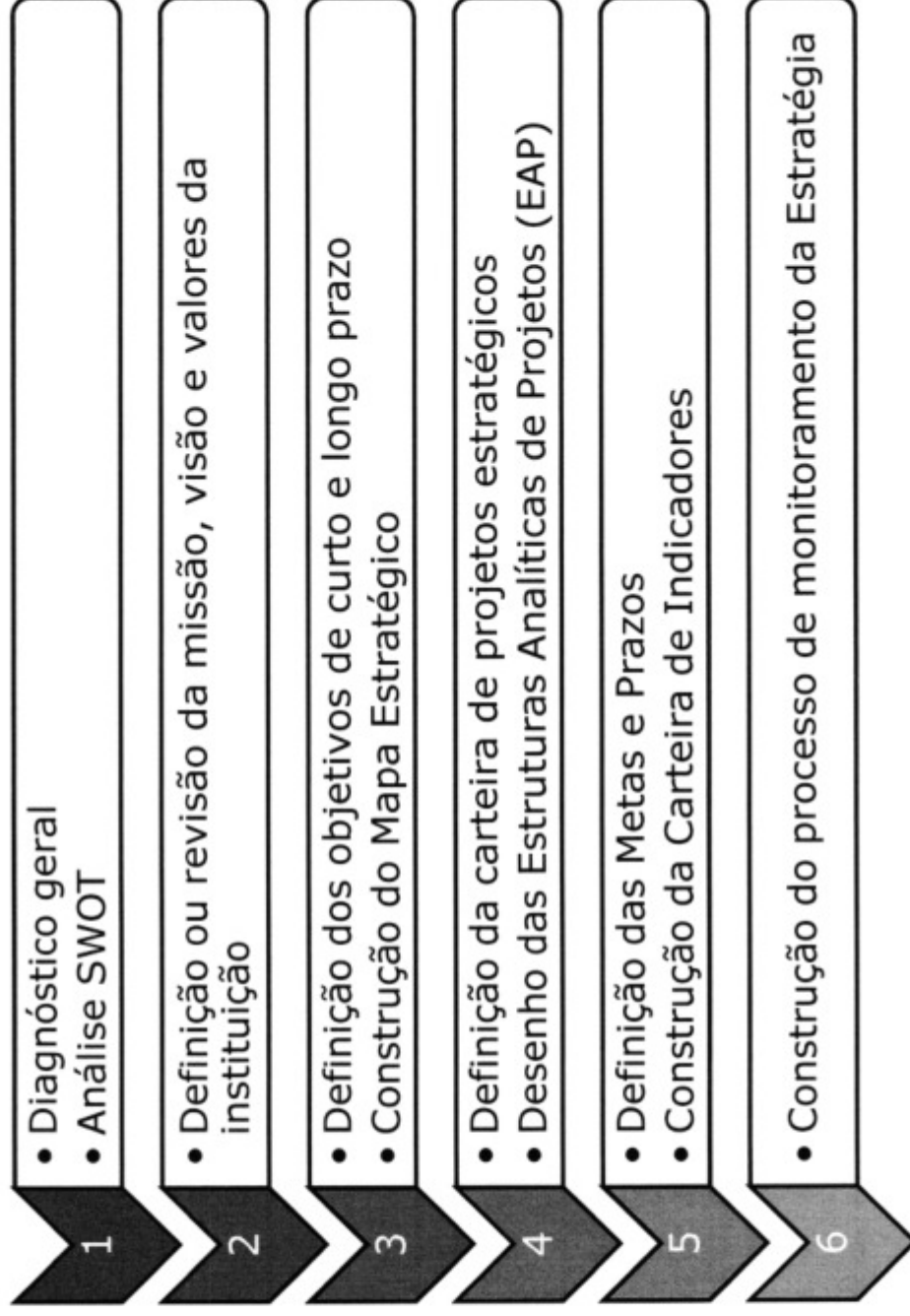
Balanced Scorecard (BSC)

“Modelo de gestão estratégica que auxilia na mensuração dos progressos da instituição rumo às suas metas de longo prazo, a partir da tradução da estratégia em objetivos, indicadores, metas, iniciativas e projetos estratégicos”.

Planejamento Estratégico

Balanced Scorecard (BSC)

Etapas



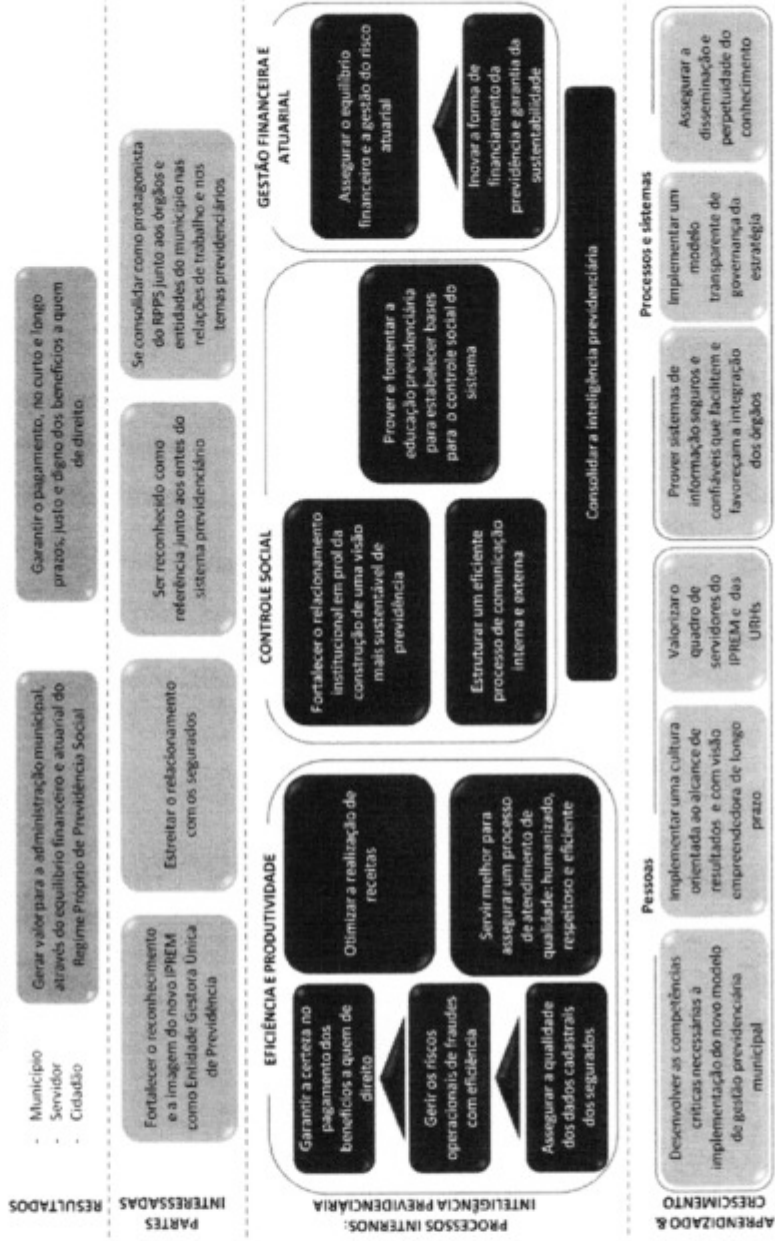
Planejamento Estratégico

Balanced Scorecard (BSC)

Exemplo de Mapa Estratégico

Missão: "Garantir os benefícios previdenciários, de forma justa e digna, aos servidores públicos municipais e seus dependentes de direito, além de zelar pela gestão unificada, solidariedade e sustentabilidade financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Paulo".

Visão 2020: "Ser a instituição de referência na gestão de Sistemas Previdenciários".



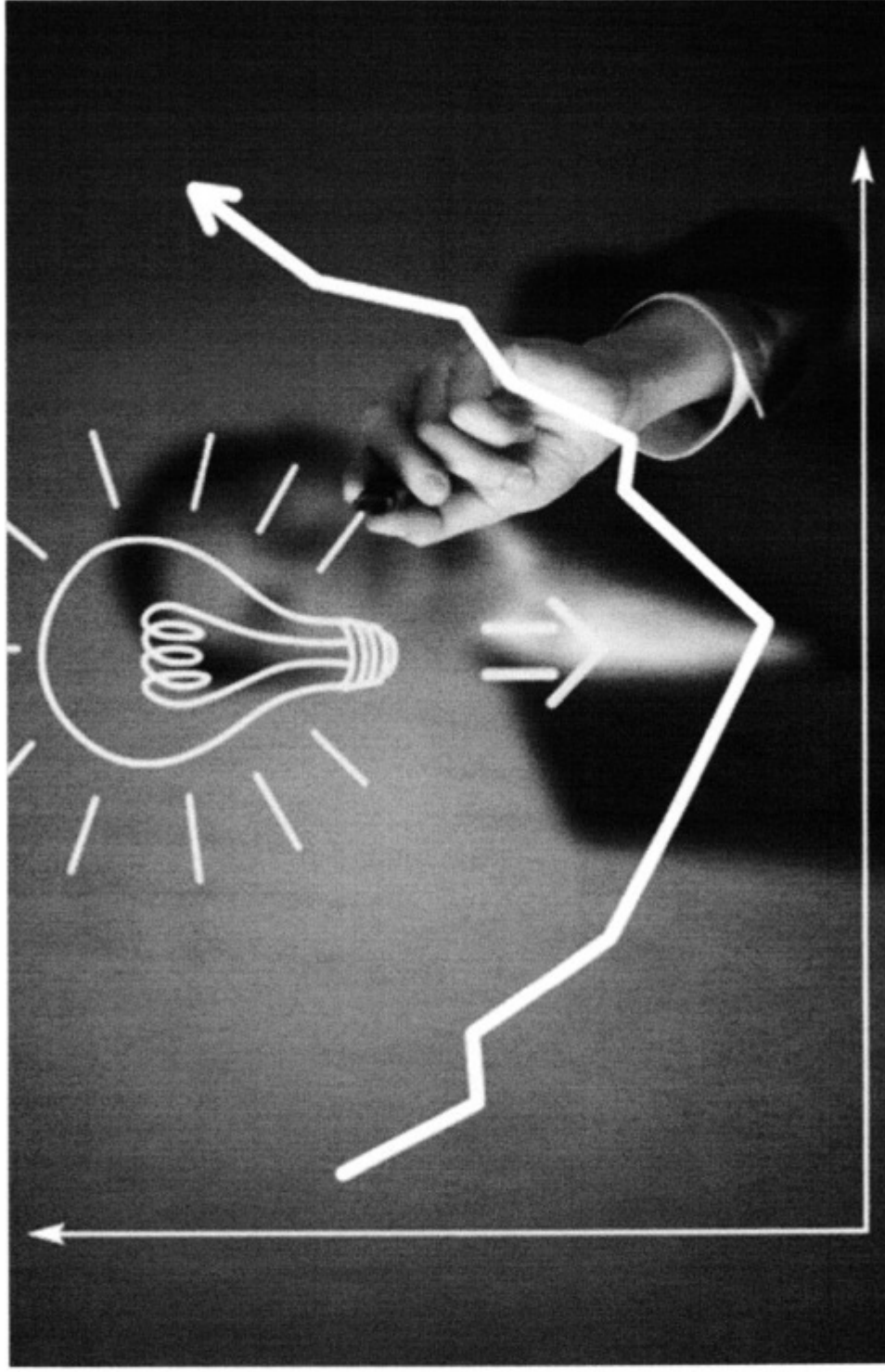
**Planejamento
Estratégico**
Balanced Scorecard (BSC)
Exemplo completo

Material de exemplo sobre o Planejamento Estratégico de Longo Prazo realizado na Prefeitura do Município de São Paulo:

<http://ipremgestao.wixsite.com/iprem>

Pró-Gestão

Programa de Certificação
Institucional para RPPS



• **REGULAMENTAÇÃO:**

- Portaria MPS nº 185/2015, de 14/05/2015.
- Manual do Pró-Gestão RPPS, a ser editado pela SPPS.

• **CONAPREV:**

- Participou do processo de elaboração do modelo de certificação institucional, cuja discussão teve início em 2011.
- Aprovou a proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho, por meio da Resolução CONAPREV nº 01/2015, de 06/03/2015.

Pró-Gestão

Parâmetros

- **PRÓ-GESTÃO RPPS:** Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- **OBJETIVO:** Incentivar os Regimes Próprios de Previdência Social, a adotarem melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.
- **ADESÃO:** Facultativa.
- **SOLICITANTES:** Representantes legais do Ente Federativo e da Unidade Gestora do RPPS.
- **VALIDADE DA CERTIFICAÇÃO:** 03 (três) anos.

- **DIMENSÕES:**
 - Controles Internos,
 - Governança Corporativa e
 - Educação Previdenciária.
- **NÍVEIS DE ADERÊNCIA:** 04 (quatro) níveis.
- **REQUISITO MÍNIMO:** Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP válido por via administrativa.
- **AVALIAÇÃO DAS AÇÕES:** Entidades certificadoras credenciadas pelo Ministério da Previdência Social - MPS.
 - Possibilidade de consulta pública ou audiência pública para definição dos critérios de credenciamento.

Pró-Gestão

Dimensão:

Controles Internos

I - CONTROLES INTERNOS:

1. Mapeamento das atividades das áreas de atuação do RPPS.
2. Manualização das atividades das áreas de atuação do RPPS.
3. Capacitação e certificação dos gestores e servidores das áreas de risco.
4. Estrutura de controle interno.
5. Política de segurança da informação.
6. Gestão e controle da base de dados cadastrais dos servidores públicos, aposentados e pensionistas.

Pró-Gestão

Dimensão:

Governança Corporativa

II - GOVERNANÇA CORPORATIVA:

1. Relatório de governança corporativa.
2. Planejamento.
3. Relatório de gestão atuarial.
4. Código de ética da instituição.
5. Políticas previdenciárias de saúde e segurança do servidor.
6. Política de investimentos.
7. Comitê de Investimentos.
8. Transparência.
9. Definição de limites de alçadas.
10. Segregação das atividades.
11. Ouvidoria.
12. Qualificação do órgão de direção.
13. Conselho Fiscal.
14. Conselho de Administração.
15. Mandato, representação e recondução.
16. Gestão de pessoas.

Pró-Gestão

Dimensão:

Educação Previdenciária

III - EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA:

1. Plano de ação de capacitação.
2. Ações de diálogo com os segurados e a sociedade.

Pró-Gestão

Quadro Resumo:

- Ações
- Requisitos
- Classificação dos Níveis

Ações	Requisito	Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV
Controle Interno	Mapeamento das atividades das áreas de atuação do RPPS				
	Áreas do RPPS a serem mapeadas	1 área	2 ou mais áreas	4 ou mais áreas	todas as áreas
	Manualização das atividades das áreas de atuação do RPPS				
	Atividades mapeadas que devem ser manualizadas	10%	40%	70%	90%
	Capacitação e Certificação dos gestores e servidores das áreas de risco				
	Gestor de Recursos	CPA 10	CPA 10	CPA 20	CPA 20
	Comitê de Investimentos	maioria com CPA 10	todos com CPA 10	um membro CPA 20 e demais CPA 10	maioria CPA 20 e demais CPA 10
	Conselho de Administração			um membro CPA 10	maioria CPA 10
	Conselho Fiscal				maioria CPA 10
	Diretoria				CPA 10

Pró-Gestão

Quadro Resumo:

- Ações
- Requisitos
- Classificação dos Níveis

Ações	Requisito	Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV
Controle Interno	Estrutura de Controle Interno				
	Estrutura no Ente Federativo que atenda ao RPPS, com relatório semestral, com pelo menos 01 (um) servidor capacitado	X			
	Estrutura no Ente Federativo que atenda ao RPPS, com relatório trimestral, com pelo menos 02 (dois) servidores certificados, sendo 01 (um) membro do Comitê de Investimentos ou do		X		
	Estrutura no RPPS, com relatório trimestral, com 03 (três) servidores capacitados, sendo 01 (um) servidor da área de controle interno do RPPS, ao menos 01 (um) membro do Comitê de Investimentos e (01) um membro do Conselho Fiscal.			X	
	Gestor de controle interno ocupante de cargo efetivo na área de Controle Interno, vinculada diretamente ao Conselho de Administração, com emissão de relatório mensal, com pelo menos 03 (três) servidores capacitados, sendo 01 (um) servidor da área de controle interno do RPPS, ao menos 01 (um) membro do Comitê de Investimentos, e 01 (um) membro de cada fórum de governança (Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Executiva)				X

Pró-Gestão

Quadro Resumo:

- Ações
- Requisitos
- Classificação dos Níveis

Ações	Requisito	Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV
Controle Interno	Política de Segurança da Informação				
	Abranger todos os servidores e prestadores de serviço	X	X	X	X
	Definir regras para uso dos recursos de TI (equipamentos, Internet, e-mail, etc.)		X	X	X
	Instituir área/grupo de Segurança da Informação			X	X
	Instituir Comitê de Segurança da Informação				X
	Definir procedimentos de auditoria e de recuperação de desastres				X
	Estruturar arquivo corrente e permanente				X
	Gestão e controle da base de dados cadastrais dos servidores públicos, aposentados e pensionistas				
	Recenseamento de aposentados e pensionistas	a cada 03 anos	a cada 02 anos	a cada 02 anos	a cada 02 anos
	Recenseamento de servidores ativos	a cada 05 anos	a cada 04 anos	a cada 04 anos	a cada 03 anos
	Política de recenseamento e recadastramento			X	X
	Relatório de críticas anual			X	X
	Política para digitalização				X

Pró-Gestão

Quadro Resumo:

- Ações
- Requisitos
- Classificação dos Níveis

Ações	Requisito	Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV
Relatório de Governança Corporativa					
	Elaboração e publicação de relatório	anual	anual	semestral	trimestral
Planejamento					
	Plano de ação, por área	gestão de ativos e passivos	todas as áreas		
	Planejamento Estratégico para 5 anos			com revisão anual	com revisão anual e vínculo ao plano orçamentário
Relatório de Gestão Atuarial					
	Relatório de Gestão Atuarial	3 exercícios	estudo técnico de aderência	estudo técnico de aderência	Plano de Trabalho Atuarial Anual

Pró-Gestão

Quadro Resumo:

- Ações
- Requisitos
- Classificação dos Níveis

Ações	Requisito	Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV
Governança Corporativa	Código de Ética da Instituição				
	Conhecimento pelos servidores, conselheiros e membros dos Comitês	X	X	X	X
	Conhecimentos pelos servidores, conselheiros, membros dos comitês e fornecedores/prestadores de serviço		X	X	X
	Promover ações de capacitação com servidores, Conselheiros, membros dos comitês e fornecedores e aderir ao Código da ANBIMA			X	X
	Além dos itens anteriores, apresentar relatório de ocorrências tratadas no âmbito de um Comitê de Ética, indicando necessidades de eventuais revisões e/ou atualizações				X

Pró-Gestão

Quadro Resumo:

- Ações
- Requisitos
- Classificação dos Níveis

Ações	Requisito	Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV
Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor					
	Ações isoladas em saúde do servidor	X			
	Ações preparatórias em saúde do servidor		X		
	Ações preparatórias em saúde do servidor e elaboração de Estudo Epidemiológico			X	
	Institucionalização do Sistema de Gestão de Saúde do Servidor				X
Política de Investimentos					
	Elaboração de relatórios mensais	X			
	Plano de ação mensal		X		
	Estudos de gerenciamento de ativos e passivos			X	
	Criação de área específica para acompanhamento dos riscos				X
Comitê de Investimentos					
	Membros vinculados ao Ente ou ao RPPS	3	3	5	5, sendo a maioria segurado do RPPS

Governança Corporativa

Pró-Gestão

Quadro Resumo:

- Ações
- Requisitos
- Classificação dos Níveis

Ações	Requisito	Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV
Governança Corporativa					
	Transparência				
	Cronograma de reuniões dos conselhos e comitê - Internet	X	X	X	X
	Atas dos conselhos administrativo e fiscal e do comitê de investimentos - Internet	X	X	X	X
	Política de Investimentos - Internet	X	X	X	X
	Relação das entidades credenciadas - Internet	X	X	X	X
	Apresentação de certidões	X	X	X	X
	Link para acesso aos demonstrativos obrigatórios e extrato CRP do MPS	X	X	X	X
	Relatório Anual de Investimentos	X	X	X	X
	Informações concernentes a procedimentos licitatórios e contratos administrativos	X	X	X	X
	Demonstrativos atuariais anuais	X	X	X	X
	Plano Anual de Metas	X	X	X	X
	Código de Ética	X	X	X	X
	Passivo Jurídico			X	X
	Composição mensal da Carteira de Investimento			X	X
	Planejamento Estratégico			X	X
	Relatórios de auditorias				X
	Demonstrações financeiras e contábeis; a divulgação das demonstrações deverá ser realizada por meio da internet	semestral	semestral	trimestral	mensal
	Relatório de Governança Corporativa	anual	semestral	trimestral	mensal
	Políticas e relatórios de controle interno	semestral	trimestral	trimestral	mensal
	Cronograma das ações de educação previdenciária- Internet	X	X	X	X

Pró-Gestão

Quadro Resumo:

- Ações
- Requisitos
- Classificação dos Níveis

Ações	Requisito	Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV
Definição de limites de alçadas					
	Assinatura de 02 responsáveis nos atos de investimentos	X	X		
	Assinatura de 02 responsáveis nos atos administrativos e da gestão de ativos e passivos			X	X
	Estabelecimento de limite de alçadas para atos administrativos e gestão de ativos e passivos			X	X
	Apresentação de Relatório de Exceção				X
Segregação das atividades					
	Segregação das atividades de habilitação de benefícios da de implantação de benefícios.	X	X	X	X
	Segregação das atividades de investimentos das administrativa e financeira			X	X
Ouvidoria					
	Canal no site	X			
	01 servidor efetivo no Ente		X	X	
	01 servidor efetivo no RPPS na função de Ouvidor				X

Governança Corporativa

Pró-Gestão

Quadro Resumo:

- Ações
- Requisitos
- Classificação dos Níveis

Ações	Requisito	Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV
Qualificação do Órgão de Direção					
	Formação em nível superior	X	X	X	X
	Formação ou especialização em área compatível			X	X
	Certificação em gestão previdenciária				X
Conselho Fiscal					
	Representação dos segurados	X	X	maioria	maioria
	Formação em nível superior de todos os membros			X	X
	Presidência exercida por representante dos segurados			X	X
Conselho de Administração					
	Representação dos segurados	X	X	maioria	maioria
	Formação em nível superior de todos os membros			X	X
	Presidência exercida por representante dos segurados			X	X

Governança Corporativa

Pró-Gestão

Quadro Resumo:

- Ações
- Requisitos
- Classificação dos Níveis

Ações	Requisito	Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV
Mandato, Representação e Recondição					
	Diretoria executiva com participação de segurado do RPPS	no mínimo 01	no mínimo paridade	maioria	maioria
	Publicação dos procedimentos de composição dos Conselhos	X			
	Estabelecimento de mandato para todos os fóruns		X		
	Mandato		X	no mínimo 01 nomeado	maioria da diretoria
	Norma legal do processo eleitoral da composição do Conselho			X	X
	Paridade entre mandato por eleição e por indicação, na diretoria				X
	Mandato intercalado entre servidores do Ente				X
Gestão de Pessoas					
	No mínimo 01 servidor com dedicação integral	X			
	Possuir Quadro Próprio de Servidores		X	X	X
	Possui carreira própria do RPPS			X	X
	No mínimo 01 profissional atuário no Quadro e no máximo 20% de cargos exclusivamente comissionados				X

Governança Corporativa

Pró-Gestão

Quadro Resumo:

- Ações
- Requisitos
- Classificação dos Níveis

Ações	Requisito	Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV
Educação Previdenciária	Plano de Ação de Capacitação				
	Capacitação para conselheiros	X	X	X	X
	Treinamento aos servidores acerca de regras de aposentadoria	X	X	X	X
	Capacitação para as áreas técnicas e de governança		X	X	X
	Curso de gestão previdenciária para diretoria e conselheiros e técnicos			X	X
	Programas de educação previdenciária			X	X
	Certificação nas áreas de atuação				X
Treinamento em finanças pessoais					X

Pró-Gestão

Quadro Resumo:

- Ações
- Requisitos
- Classificação dos Níveis

Ações	Requisito	Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV
Educação Previdenciária	Ações de diálogo com os segurados e a sociedade				
	Cartilha Previdenciária	X	X	X	X
	Apresentação em Audiência Pública das Políticas de Investimentos e Atuarial	X	X	X	X
	Audiência Pública para a apresentação do Relatório de Governança anual		X	X	X
	Apresentação por meio de seminários, audiência pública ou Conferências das alterações da Legislação aplicada			X	X
	Ações de pré e pós-aposentadoria			X	X
	Integração de ações com os Poderes				X
	Apresentação do resultado de estudos de aderência acerca da avaliação atuarial				X

A Certificação Institucional será um dos requisitos obrigatórios para obter conceito de Investidor Qualificado.

Portaria do MPS irá regulamentar art. 9º-C da Instrução CVM nº 539/2013, alterada pela Instrução CVM nº 554/2014.

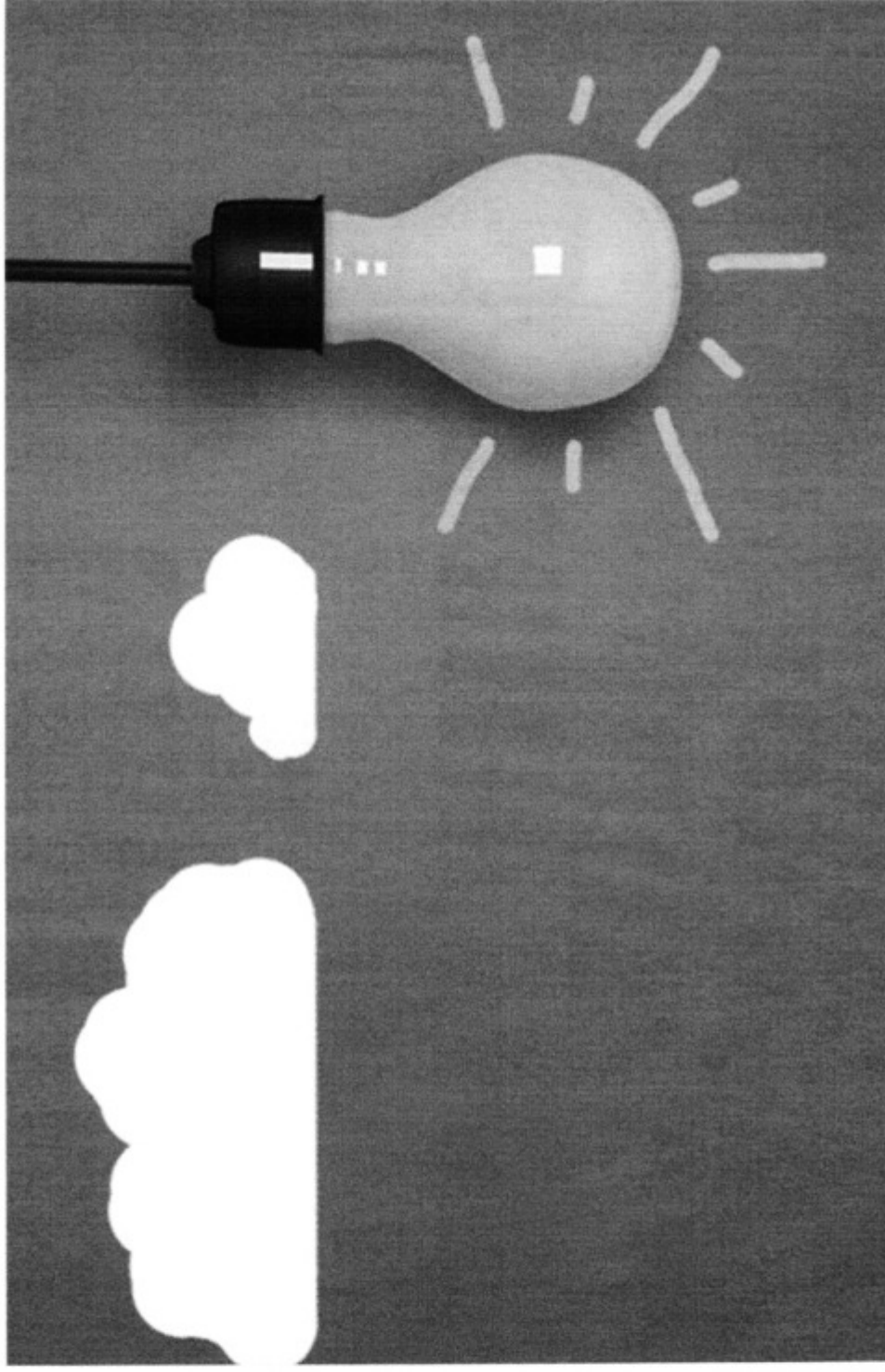
Requisitos:

- Possuir CRP vigente, pelo cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei nº 9.717/1998.
- Recursos aplicados informados no DAIR em montante igual ou superior a R\$ 40 milhões.
- Efetivo funcionamento do Comitê de Investimentos.
- Adesão ao Pró-Gestão RPPS e obtenção da certificação institucional, pelo menos no Nível I.

Observação: O requisito da certificação institucional será verificado a partir de 1º de janeiro de 2017, quando o volume de recursos será reduzido para R\$ 10 milhões.

Proposta de trabalho

Estrutura do Projeto,
Objetivos e Metas



Estrutura do projeto

- **Objetivo 1: Diagnóstico geral do regime próprio:**
 - META 1: Diagnóstico geral para embasamento dos trabalhos
- **Objetivo 2: Conformidade legal, atuarial e CRP:**
 - META 2: Aspectos de Legalidade
 - META 3: Aspectos atuariais, contábeis e financeiros do RPPS
- **Objetivo 3: Alcance Pró-Gestão - Nível I:**
 - META 4: Controles Internos
 - META 5: Governança Corporativa e Educação Previdenciária

Diagnóstico

Objetivo 1

Meta 1 – Diagnóstico geral para embasamento dos trabalhos posteriores

1. Análise da situação referente à regularidade previdenciária (CRP), conforme cada critério estabelecido;
2. Análise dos eventuais relatórios, recomendações, notificações e apontamentos dos órgãos de controle interno e externo;
3. Aspectos de Governança Corporativa, compreendendo análise de:
 1. Estrutura, competências legais e funcionamento dos órgãos de administração e dos conselhos;
 2. Relatórios de transparência e controle social.
4. Análise da aderência da Política de Investimentos, nos aspectos da legalidade e adequação às proposições do comitê de investimentos.
5. Avaliação dos aspectos gerais do regime próprio, compreendendo critérios do Nível I do Programa de Certificação Institucional (Pró-Gestão);

Conformidade legal, atuarial e CRP

Objetivo 2

Meta 2 – Aspectos de
legalidade

1. Proposição de ações necessárias para a entidade cumprir os requisitos de regularidade previdenciária (CRP);
2. Proposição de ações para atendimento aos relatórios, recomendações, notificações e eventuais apontamentos dos órgãos de controle interno e externo;
3. Educação Previdenciária - Proposta de Plano de Ação de Capacitação interna, contendo:
 1. Formação básica em RPPS para os servidores, dirigentes e conselheiros.
 2. Treinamento dos servidores que atuam na área de concessão de benefícios sobre as regras de aposentadorias e pensão por morte.

Conformidade legal, atuarial e CRP

Objetivo 2

Meta 3 - Aspectos atuariais,
contábeis e financeiros do
RPPS

1. Adequação das premissas atuariais, incluindo testes de aderência, inclusive teste de taxa de juros;
2. Avaliação e proposição de melhorias da Nota Técnica Atuarial (NTA), inclusive adequando à critérios específicos da legislação local do ente federativo;
3. Aspectos das provisões matemáticas dos benefícios concedidos (PMBC) e a conceder (PMBaC), regimes de financiamento e sua contabilização no regime próprio e no ente federativo;
4. Proposta de modelo ALM para gestão dos ativos e passivos previdenciários, com criação de indicadores de solvência, liquidez, rentabilização, entre outros;
5. Proposição da gestão dos Ativos, dos Investimentos, natureza, qualidade, veículos, retornos, taxas de administração e de performance:
 1. Receita previdenciária e contribuições;
 2. Política de Investimentos, Riscos e Rentabilização;

Pró-Gestão - Nível I

Objetivo 3

Meta 4 – Controles Internos

1. Proposição de capacitação e certificação dos gestores e servidores das áreas de risco.
2. Proposta de Estrutura e Controle Interno na estrutura organizacional do ente federativo, uma área comum de controle interno que atenda ao RPPS e modelo de relatório semestral atestando a conformidade das áreas mapeadas e manualizadas. Propor critérios para capacitação de servidores para atuarem no controle interno.
3. Proposta de plano para realização de censo previdenciário dos servidores municipais ativos, aposentados e pensionistas.

Pró-Gestão - Nível I

Objetivo 3

Meta 5 – Governança Corporativa e Educação Previdenciária

1. Desenvolver e propor modelo de relatório de governança corporativa:
 1. Dados dos segurados, receitas e despesas: Quantitativo de servidores ativos, aposentados e pensionistas, resumo das folhas de pagamentos, valor da arrecadação de contribuições e outras receitas, valor do pagamento de benefícios e outras despesas.
 2. Evolução da situação atuarial: Custo previdenciário total, evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício, evolução do resultado relativo ao equilíbrio financeiro e atuarial e do plano de custeio;
 3. Gestão de investimentos: Descrição detalhada dos ativos, investimentos, aplicações financeiras e do fluxo de entradas e saídas de recursos.

2. Proposta de Planejamento Estratégico (Plano de Ação, contendo as metas a serem atingidas no exercício para as áreas de gestão de ativos e passivos, possibilitando o acompanhamento dos resultados pretendidos, com ênfase na área de benefícios):
 1. Definição dos direcionadores estratégicos (Missão, Visão, Valores);
 2. Definição dos Objetivos Estratégicos
 3. Construção do Mapa Estratégico;
 4. Definição dos Projetos Estratégicos;
 5. Definição dos Indicadores e Metas Estratégicas, para acompanhamento.

Pró-Gestão - Nível I

Objetivo 3

Meta 5 – Governança
Corporativa e Educação
Previdenciária

3. Proposta de minuta do código de ética da instituição e de modelo de divulgação aos servidores do RPPS, segurados (servidores ativos, aposentados e pensionistas), aos membros dos órgãos colegiados e partes relacionadas (fornecedores, prestadores de serviço, agentes financeiros e outros).
4. Proposta de modelo de relatórios mensais da Política de Investimentos e Comitê de Investimentos. Propor recomendações para composição do Comitê de Investimentos, de acordo com modelo do Pro-Gestão.

Pró-Gestão - Nível I

Objetivo 3

Meta 5 – Governança Corporativa e Educação Previdenciária

5. Proposta de modelos de transparência, incluindo regimentos internos e atas dos órgãos colegiados (Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos) e proposta de calendário de divulgação de obrigações do RPPS, contemplando a publicização dos relatórios e documentos conforme exigências do Pró-Gestão Nível I.

6. Proposta de Ações de Diálogo com o Segurado e Sociedade no âmbito da Educação Previdenciária:
 1. Elaborar proposta de modelo de cartilha dirigida aos segurados que contemple os conhecimentos básicos essenciais sobre o RPPS e os benefícios previdenciários, que deverá ser disponibilizada em meio impresso e no site do RPPS.
 2. Auxiliar na realização de uma audiência pública com os segurados, representantes do ente federativo (Poder Executivo e Legislativo) e a sociedade civil, para exposição e debates sobre o projeto do Pró-Gestão do RPPS, conciliando com o Relatório de Governança Corporativa, os resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial.

Obrigado!

Fernando Rodrigues da Silva

fernando.rodrigues.silva@gmail.com

LM INVESTIMENTOS

Julho de 2018

bridge  Terra Nova
TRUST

Sumário

<i>Sobre a Um Investimentos</i>	3
<i>Inst Prev Paulínia: Carteira Total</i>	4
<i>Tower Bridge IMAB5 FIRF</i>	5
<i>Tower Bridge IIMAB5 FIRF</i>	12

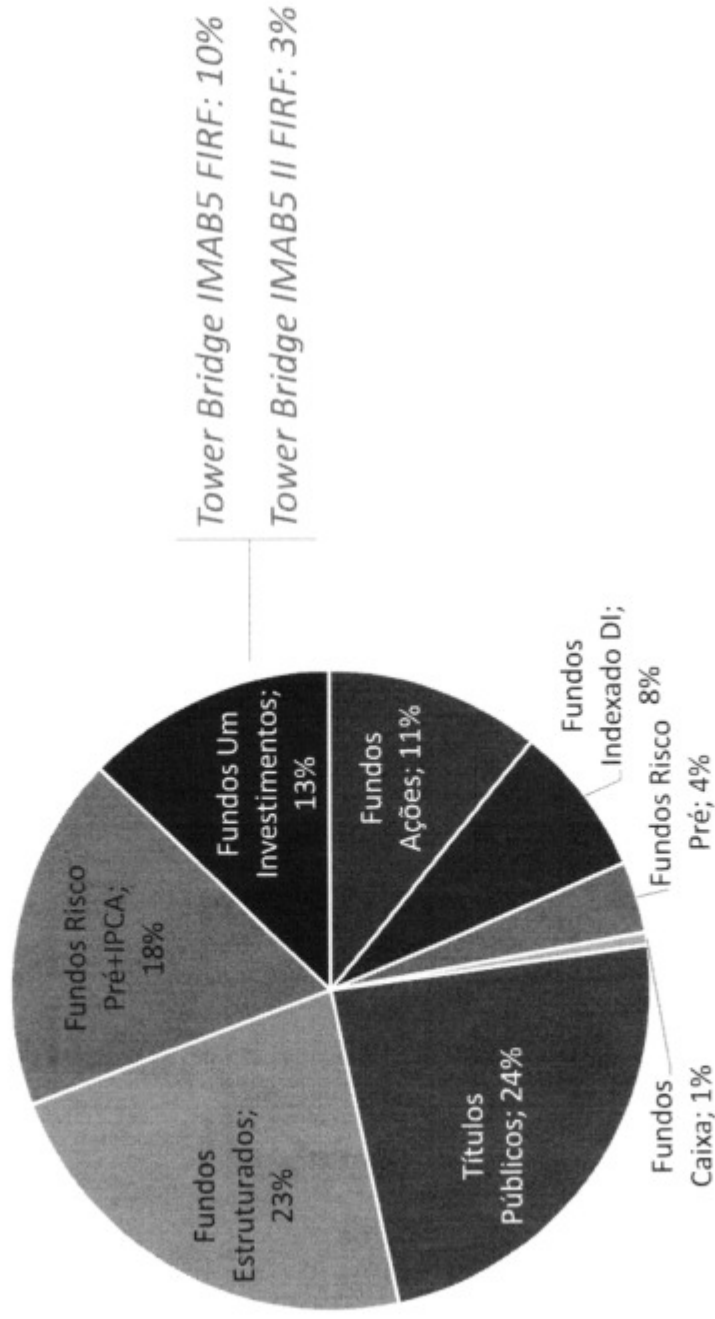
Sobre a Um Investimentos

*A **UM Investimentos Corretora de Valores SA** é uma empresa independente, que atua no mercado financeiro desde 1969. Neste mesmo ano adquiriu o Título Patrimonial (nº 088) da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Ao longo destes anos, nossa história foi moldada por diversas turbulências na economia nacional e internacional, eventos que fortaleceram e desenvolveram nossa vasta expertise no mercado financeiro.*

*Visando ampliar as suas áreas de atuação, a **UM Investimentos Corretora de Valores SA** adquiriu, em 2018, as gestoras Bridge Trust e Terra Nova Gestão de Recursos. **O grupo conta hoje com cerca de R\$ 1 Bilhões de ativos sob gestão de mais de R\$ 1 Bilhão de ativos sob administração.** Dessa forma o grupo passa a atuar também em gestão de recursos com foco total em retorno com preservação de capital.*

Inst Prev Paulínia: Ativo Total

*Carteira aberta de 06 /17



Tower Bridge IMAB5 FIRF

Tower Bridge IMAB5 FIRF	Financeiro	% PL
Ativos de Alta Liquidez	155,036,648	36%
Ativos de Baixa Liquidez	15,830,121	4%
Ativos Sem Liquidez	27,795,713	7%
Ativos Distressed	226,574,340	53%
Patrimônio	425,236,823	100%

*PLs estimados pelas carteiras de 21/06

Títulos Públicos Federais emitidos pelo Tesouro Nacional com marcação de preço diário; **total transparência.**

Fundos geridos pela Um Investimentos com baixa liquidez e **baixo risco de crédito.**

Investimentos em Fundos Estruturados geridos por terceiros com baixa liquidez.

Ativos estressados de crédito; estamos, neste momento analisando os ativos caso a caso para recuperar o maior valor possível.

Tower Bridge IMAB5 FIRF

Tower Bridge IMAB5 FIRF	Financeiro	% PL
Ativos de Alta Liquidez	155,036,648	36%
Ativos de Baixa Liquidez	15,830,121	4%
<i>Iron Bridge IMAB5 FIRF</i>	2,057,139	—
<i>Golden Gate Bridge FIDC</i>	13,772,982	—
Ativos Sem Liquidez	27,795,713	7%
Ativos Distressed	226,574,340	53%
Patrimônio	425,236,823	100%

→ *Fundo 100% em Títulos Públicos Federais.*

→ *Fundo com ativos de crédito gerido pela Um Investimentos.*

Tower Bridge IMAB5 FIRF

Tower Bridge IMAB5 FIRF	Financeiro	% PL
Ativos de Alta Liquidez	155,036,648	36%
Ativos de Baixa Liquidez	15,830,121	4%
Ativos Sem Liquidez	27,795,713	7%
Garson FIDC (Sen VI)	10,776,206	
Illuminati FIDC	8,602,465	
Águila FI	7,625,520	
Libra MS FIDC (Sen V)	791,522	
Ativos Distressed	226,574,340	53%
Patrimônio	425,236,823	100%

Fundos estruturados, sem liquidez,
gerido por terceiros. Até o momento não
identificamos eventos negativos nas
carteiras dos mesmos.

Tower Bridge IMAB5 FIRF

Tower Bridge IMAB5 FIRF	Financeiro	% PL
Ativos de Alta Liquidez	155,036,648	36%
Ativos de Baixa Liquidez	15,830,121	4%
Ativos Sem Liquidez	27,795,713	7%
Ativos Distressed	226,574,340	53%
Oak FICFIRF CP	56,081,555	→ Oak FIRF CP
Old Black Tree FICFIRF CP	34,160,584	
Cedrotree Inst IMAB5 FIRF	11,954,562	
<hr/>		
Debenture XNice (ATG)	62,457,063	
Debenture Ebig Par	21,370,144	
CRI ISEC (Prédios Itú)	20,589,694	
Debenture LSH Barra	16,378,456	
Debenture Brasil Solair	8,233,683	
Debenture EBPH (LSH Barra)	8,114,531	
Provisão	-12,765,933	

Figueiras FIDC 60%
Debenture XMaceto (ATG) 32%
Debenture MInvest 4%
Debenture Bittenpar 4%

Patrimônio

425,236,823

100%

Tower Bridge IMAB5 FIRF

Tower Bridge IMAB5 FIRF	Financeiro	% PL	
Ativos de Alta Liquidez	155,036,648	36%	
Ativos de Baixa Liquidez	15,830,121	4%	
Ativos Sem Liquidez	27,795,713	7%	
Ativos Distressed	226,574,340	53%	
<i>Oak FICFIRF CP</i>	56,081,555		<i>Figueiras FIDC</i> 60%
<i>Old Black Tree FICFIRF CP</i>	34,160,584	→	<i>Debenture XMaceto (ATG)</i> 32%
<i>Cedrotree Inst IMAB5 FIRF</i>	11,954,562		<i>Debenture MInvest</i> 4%
<i>Debenture XNice (ATG)</i>	62,457,063		<i>Debenture Bittenpar</i> 4%
<i>Debenture Ebig Par</i>	21,370,144		
<i>CRI ISEC (Prédios Itú)</i>	20,589,694		
<i>Debenture LSH Barra</i>	16,378,456		
<i>Debenture Brasil Solair</i>	8,233,683		
<i>Debenture EBPH (LSH Barra)</i>	8,114,531		
<i>Provisão</i>	-12,765,933		

Patrimônio 425,236,823 100%

Tower Bridge IMAB5 FIRF

Tower Bridge IMAB5 FIRF	Financeiro	% PL
Ativos de Alta Liquidez	155,036,648	36%
Ativos de Baixa Liquidez	15,830,121	4%
Ativos Sem Liquidez	27,795,713	7%
Ativos Distressed	226,574,340	53%
<i>Oak FICFIRF CP</i>	56,081,555	
<i>Old Black Tree FICFIRF CP</i>	34,160,584	
<i>Cedrotree Inst IMAB5 FIRF</i>	11,954,562	
<i>Debenture XNice (ATG)</i>	62,457,063	
<i>Debenture Ebig Par</i>	21,370,144	
<i>CRI ISEC (Prédios Itú)</i>	20,589,694	
<i>Debenture LSH Barra</i>	16,378,456	
<i>Debenture Brasil Solair</i>	8,233,683	
<i>Debenture EBPH (LSH Barra)</i>	8,114,531	
<i>Provisão</i>	-12,765,933	
Patrimônio	425,236,823	100%

Debenture Bittenpar 60%

Debenture Brasil Solair 40%

Tower Bridge IMAB5 FIRF

Tower Bridge IMAB5 FIRF	Financeiro	% PL
Ativos de Alta Liquidez	155,036,648	36%
Ativos de Baixa Liquidez	15,830,121	4%
Ativos Sem Liquidez	27,795,713	7%
Ativos Distressed	226,574,340	53%
<i>Oak FICFIRF CP</i>	56,081,555	
<i>Old Black Tree FICFIRF CP</i>	34,160,584	
<i>Cedrotree Inst IMAB5 FIRF</i>	11,954,562	
<hr/>		
<i>Debenture XNice (ATG)</i>	62,457,063	
<i>Debenture Ebig Par</i>	21,370,144	
<i>CRI ISEC (Prédios Itú)</i>	20,589,694	
<i>Debenture LSH Barra</i>	16,378,456	
<i>Debenture Brasil Solair</i>	8,233,683	
<i>Debenture EBPH (LSH Barra)</i>	8,114,531	
<i>Provisão</i>	-12,765,933	
Patrimônio	425,236,823	100%

Estamos hoje trabalhando em conjunto com a Ernest Young na avaliação dos ativos e demais sócios e investidores da cadeia dos ativos.

Tower Bridge II IMAB5 FIRF

Títulos Públicos Federais emitidos pelo Tesouro Nacional com marcação de preço diário; **total transparência.**

Tower Bridge II IMAB5 FIRF	Financeiro	% PL
Ativos de Alta Liquidez	41,602,057	52%
Ativos Sem Liquidez	23,651,515	30%
Ativos Distressed	14,584,301	18%
Patrimônio	79,837,873	100%

Investimentos em Fundos Estruturados geridos por terceiros com baixa liquidez.

Ativos estressados de crédito; estamos, neste momento analisando os ativos caso a caso para **recuperar o maior valor possível.**

*PLs estimados pelas carteiras de 21/06

Tower Bridge II IMAB5 FIRF

Tower Bridge II IMAB5 FIRF	Financeiro	% PL
Ativos de Alta Liquidez	41,602,057	52%
Ativos Sem Liquidez	23,651,515	30%
Ático IMAB II FIDC	21,520,416	
Ático Imobiliários FIDC	2,131,099	
Ativos Distressed	14,584,301	18%
Patrimônio	79,837,873	100%

Fundos estruturados, sem liquidez, gerido por terceiros. Até o momento não identificamos eventos negativos nas carteiras dos mesmos.

Tower Bridge II IMAB5 FIRF

Tower Bridge II IMAB5 FIRF	Financeiro	% PL
Ativos de Alta Liquidez	41,602,057	52%
Ativos Sem Liquidez	23,651,515	30%
Ativos Distressed	14,584,301	18%
Recebíveis Grenada	49,961,311	
Recebíveis Habitasec	35,392,684	
Recebíveis Domus	33,097,178	
Recebíveis Cia Paulo Afonso	15,415,638	
Recebíveis LSH Barra	4,803,709	
Recebíveis Stiebler	3,022,030	
Provisão	-127,108,250	
Patrimônio	79,837,873	100%

Aproximadamente 90% dos recebíveis estão já marcados a zero na carteira.
Estamos hoje trabalhando em conjunto com a Ernest Young na avaliação dos ativos e demais sócios e investidores da cadeia dos ativos.

Contato – Nova Equipe

Fernando Optiz – Controlador da Um Investimentos

Luís Álvaro de Paiva Ferreira – Diretor de Administração Fiduciária (luiz.alvaro@bridgetrust.com)

Alexandre Fogliano da Cunha – Diretor de Gestão (alexandre.cunha@bridgetrust.com)

Carlos A. Sepulveda da Costa Jr. – Superintendente de Administração Fiduciária (carlos.sepulveda@bridgetrust.com)

Wagner Balera – Advogado. Doutor e Mestre em Direito. Ex-Procurador Federal (wagner.balera@balera.com.br)

Fábio Lopes Vilela Berbel – Advogado Doutor e Mestre em Direito (fabio.berbel@balera.com.br)

Heber L. M. Wedemann – Advogado Especialista em Mercado de Capitais (heber.wedemann@balera.com.br)



Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Município de Paulínia

**LISTA DE PRESENÇA DOS CONSELHOS
ADMINISTRATIVO E FISCAL
04 de julho de 2018 - 18 horas - Instituto**

Reunião Extraordinária Conjunta

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	ELIETE MARIA DA SILVA	AUSENTE
2	FERNANDO JOSÉ ROVERI	Handwritten signature
3	GUILHERME HOFF	Handwritten signature
4	MARCELO AFONSO DE OLIVEIRA ALMEIDA	Handwritten signature
5	NARA MARTINS MORETTI	AUSENTE
6	REGINALDO NAVES	Handwritten signature
7	RODRIGO SALVIANO DE SOUZA	Handwritten signature
8	SANDRA ARIADNE CASASSA	AUSENTE
9	VALMIR BRUSTOLIN	Handwritten signature
SEQ	NOME	ASSINATURA
1	ADILSON DE ALMEIDA LIMA	AUSENTE
2	FABIO CECCONELO	Fabio Ceccone
3	LIGIAN REGINA KALVON	AUSENTE
4	MÁRCIA CONDE DE SOUZA CAMPOS	Handwritten signature
5	MÁRCIA REGINA AMBROZINE LOPES DA SILVA	AUSENTE